



Prefeitura de SOROCABA

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA OBJETIVA

SUPERVISOR DE ENSINO

- ♦ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 60 questões objetivas e o seu caderno de redação, contendo um tema a ser desenvolvido.
- ♦ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa dos cadernos.
- ♦ Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ♦ Responda a todas as questões.
- ♦ Marque, na folha intermediária de respostas, localizada no verso desta página, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ♦ Transcreva para a folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, todas as respostas anotadas na folha intermediária de respostas.
- ♦ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos.
- ♦ A saída do candidato da sala será permitida após transcorrida a metade do tempo de duração das provas.
- ♦ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo destacar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



Prefeitura de **SOROCABA**

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

QUESTÃO	RESPOSTA				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E

06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E

11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E

16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

QUESTÃO	RESPOSTA				
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E

36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

QUESTÃO	RESPOSTA				
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E

46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E

56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E

CONHECIMENTOS TEÓRICO-PEDAGÓGICOS

01. Paulo Freire, expondo os saberes que considera necessários à prática docente, orienta ao mesmo tempo que incentiva os educadores a refletirem sobre seus fazeres pedagógicos, modificando aquilo que acharem preciso, mas especialmente aperfeiçoando o trabalho, além de fazerem a cada dia a opção pelo melhor, não de forma ingênua, mas com certeza de que, se há tentativas, há esperanças e possibilidades de mudanças daquilo que em sua visão necessita mudar. Para o autor, ensinar, aprender e pesquisar lidam com

- (A) o primeiro momento, aquele no qual o professor ensina um determinado conteúdo, e o segundo momento, aquele no qual o aluno aprende.
- (B) o momento em que se aprende o conhecimento já existente e o momento em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente.
- (C) os momentos que devem estar na seguinte ordem: introdução ao conteúdo a ser explorado, o seu desenvolvimento e a posterior conclusão.
- (D) os seguintes momentos: a sensibilização do aluno para a aprendizagem e a exploração do conteúdo a partir de um material de apoio.
- (E) os seguintes momentos: a exploração do conteúdo a partir das vivências dos alunos e a avaliação dos conhecimentos adquiridos.

02. O conhecimento hoje, no mundo, desempenha um papel fundamental, fazendo com que o papel das instituições de ensino torne-se muito mais central e o educador, que lida com o conhecimento, adquira uma importância renovada. Espaços diversificados de conhecimento – a televisão, a Internet, os vídeos, a imprensa, a própria publicidade – passam a disputar a atenção do aluno, frequentemente desorientado frente ao caos informativo gerado.

A tarefa pedagógica na sala de aula se altera – de uma função de transmissão de informações – para uma função em que o professor passa a ordenar uma sobrecarga de informações dispersas.

Nesse sentido, Dowbor se refere à convergência tecnológica como um grande sistema interativo de gestão do conhecimento na qual a educação

- (A) é um instrumento destinado a adequar o futuro profissional ao mundo do trabalho.
- (B) tem o papel de disciplinar e prover o indivíduo, de certa maneira, com conhecimentos técnicos, para que possa “vencer na vida”.
- (C) deixa de ser um universo em si e se torna um articulador dos diversos espaços do conhecimento.
- (D) deve inserir o indivíduo, de forma vantajosa, no mundo do trabalho, assegurando-lhe reconhecimento e remuneração.
- (E) é um instrumento estratégico da reprodução social e de promoção das populações.

03. Amaral afirma que a evolução dos conceitos referidos à condição de deficiência está ligada às práticas sociais a eles aliadas. Assim, a autora se refere à deficiência como uma perda ou anormalidade de estrutura ou função; à incapacidade como a restrição de atividades em decorrência de uma deficiência; e à desvantagem como a condição social de prejuízo resultante de deficiência e/ou incapacidade, estabelecendo as seguintes relações:

1. Deficiências	a) Representam perturbações ao nível da própria pessoa.
2. Incapacidades	b) Refletem a adaptação do indivíduo e a interação dele com seu meio.
3. Desvantagens	c) Significam perturbações no nível de órgão.

Assinale a alternativa que contém a correta associação, segundo a autora.

- (A) 1c; 2a; 3b.
- (B) 1b; 2c; 3a.
- (C) 1a; 2c; 3b.
- (D) 1b; 2a; 3c.
- (E) 1c; 2b; 3a.

04. As diferentes concepções da palavra currículo derivam dos diversos modos como a educação é concebida historicamente, bem como das influências teóricas que a afetam e se fazem hegemônicas em um dado momento.

Pode-se afirmar que as discussões sobre o currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que se deseja que aconteçam com os alunos, sobre os valores que se deseja discutir com eles e sobre as identidades que se pretende construir.

Sacristán afirma que o significado do currículo é dado pelos próprios contextos em que se insere, quais sejam:

- I. Contexto de aula – no qual estão uma série de elementos como livros, professores, conteúdos, alunos, etc.
- II. Contexto pessoal e social – modelado pelas experiências que cada pessoa tem e traz para a vida escolar.
- III. Contexto histórico – criado pelas formas passadas de realizar a experiência educativa.
- IV. Contexto político – à medida que as relações dentro de classe refletem padrões de autoridade e poder.
- V. Contexto científico – definido pela maneira como o conhecimento é produzido no interior da escola.

Está correto apenas o contido em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) II, III, IV e V.
- (E) III e V.

05. Segundo Fusari, é na sala de aula e por intermédio da competência docente que o professor vai fazer a mediação competente entre os educandos e os conteúdos curriculares, construindo, assim, de forma sistemática e intencional, a aprendizagem de conhecimentos, atitudes e habilidades nos educandos. O autor enfatiza que o conceito de competência docente apresenta alguns aspectos essenciais, dentre eles podem-se destacar:

- I. “dom” para desempenhar as atividades docentes em sala de aula;
- II. clareza dos objetivos a serem atingidos;
- III. domínio competente e crítico do conteúdo a ser ensinado e dos meios de comunicação a serem utilizados para a mediação eficaz entre o aluno e os conteúdos do ensino;
- IV. visão articulada do funcionamento da escola como um todo e a percepção nítida e crítica das complexas relações entre educação escolar e sociedade.

Está correto apenas o contido em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

06. A concepção de gestão escolar é recente, pois até a década de 1980, aproximadamente, este enfoque era encontrado como administração escolar pautada na ordenação e no controle. A necessidade de sobreviver em um novo contexto social e econômico fez com que as escolas buscassem novos caminhos, novas concepções sobre o administrar e o gerenciar. Assim, segundo Ferreira, o conceito de gestão na educação

- (A) compreende dois amplos campos que se interpenetram em mútua dependência: a racionalização do trabalho e a sua coordenação como forma de controle.
- (B) consiste em interpretar os objetivos propostos pelo sistema e transformá-los em ação organizacional, por meio de planejamento, organização, direção e controle.
- (C) compreende o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos.
- (D) significa a tomada de decisão sobre recursos financeiros disponíveis na escola, trabalhando por meio das pessoas para atingir objetivos.
- (E) define a responsabilidade pela “direção” e pela garantia de qualidade da educação e do processo educacional em todos os níveis do ensino e da escola.

07. A escola é uma instância integrante do todo social, sendo afetada pela estrutura econômica e social, pelas decisões políticas e pelas relações de poder em vigor na sociedade. Ou seja, as escolas situam-se entre as políticas educacionais, as diretrizes curriculares, as formas organizativas do sistema e as ações pedagógico-didáticas na sala de aula. Por essa razão, de acordo com Libâneo, a autonomia da escola precisa ser gerida implicando corresponsabilidade consciente. Segundo o autor, é correto afirmar que a autonomia na escola pública é

- (A) o fundamento da concepção democrático-participativa de gestão escolar, razão de ser do projeto pedagógico.
- (B) atribuir a responsabilidade por fazer cumprir os fins da escola, a defesa do interesse público, àqueles que estão próximos e diretamente envolvidos.
- (C) a garantia da liberdade em legislação, das condições de recursos humanos, materiais e financeiros e principalmente a competência técnica.
- (D) o diretor ter a liberdade para organizar e conduzir a escola da forma como achar conveniente.
- (E) inexistente, uma vez que a escola precisa compatibilizar as decisões do sistema e as decisões tomadas no seu interior.

08. O currículo é a concretização, a viabilização das intenções e das orientações expressas no projeto pedagógico. Assim, compreende-se o currículo como um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade para a formação dos alunos.

No quadro seguinte, na primeira coluna estão representadas as manifestações relacionadas ao currículo e na segunda, o seu significado, segundo Libâneo.

1. Currículo formal	a) Consiste nas influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores, as quais são provenientes da experiência cultural, dos valores e dos significados trazidos do meio social.
2. Currículo real	b) É aquele estabelecido pelos sistemas de ensino, expresso em diretrizes, nos objetivos e nos conteúdos das áreas ou disciplinas de estudo.
3. Currículo oculto	c) É aquele que acontece na sala de aula, em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino.

Assinale a alternativa que contém a correta associação.

- (A) 1c; 2a; 3b.
- (B) 1a; 2c; 3b.
- (C) 1b; 2c; 3a.
- (D) 1b; 2a; 3c.
- (E) 1c; 2b; 3a.

09. Piaget definiu os diversos graus de socialização, partindo do “grau zero” para o grau máximo representado pelo conceito de personalidade. Tal evolução passa por diferenças de qualidade das trocas intelectuais, podendo o indivíduo mais evoluído usufruir plenamente tanto de sua autonomia quanto dos aportes dos outros. Nesse sentido, La Taille afirma que autonomia, segundo Piaget,
- (A) estabelece-se pela relação entre o indivíduo e sua cultura em um processo de recriação e reinterpretação de informações, conceitos e significados.
 - (B) configura-se pela natureza das funções psicológicas superiores, isto é, refere-se aos processos voluntários, ações conscientemente controladas.
 - (C) configura-se pela trajetória de vida de cada indivíduo, decorrente da sequência singular de processos e experiências vividos.
 - (D) significa ser capaz de se situar consciente e competentemente na rede dos diversos pontos de vista e conflitos presentes numa sociedade.
 - (E) oscila entre os limites colocados pela biologia e aqueles construídos pela história humana, fonte dos conteúdos da mente.
10. Paulo Freire afirma que a leitura da palavra é precedida da leitura do mundo e também enfatiza a importância crítica da leitura na alfabetização, colocando o papel do educador dentro de uma educação, em que o seu fazer deve ser vivenciado, dentro de uma prática concreta de libertação e construção da história, inserindo o alfabetizando num processo criador, de que ele é também um sujeito. Para o autor, a alfabetização
- (A) deve ser um processo de memorização.
 - (B) tem o professor como sujeito do processo.
 - (C) deve ser um ato neutro para que seja eficaz.
 - (D) deve ser centrada na compreensão da palavra.
 - (E) é um ato político e de conhecimento.
11. Emilia Ferreiro questiona a questão dos pré-requisitos para uma aprendizagem, colocando-os como um problema que se evidencia de duas maneiras: como uma noção escolar – como algo que uma criança “tem” ou “não tem” – e que é validada mediante provas psicológicas ou psicopedagógicas e como um problema teórico. Para a autora, os pré-requisitos
- (A) favorecem a aprendizagem por colocar o indivíduo numa posição inicial de “prontidão”, apto a assimilar os conhecimentos.
 - (B) estabelecem, como problema escolar, barreiras; os sujeitos devem demonstrar possuir habilidades definidas como requisitos prévios para ingressar em certo nível da escola.
 - (C) desenvolvem a maturidade como um estado individual no qual se consolidam as condições para a aprendizagem.
 - (D) permitem identificar as crianças imaturas para a aprendizagem da língua escrita.
 - (E) constituem habilidades ou destrezas que a criança deve demonstrar antes de iniciar o processo formal de escolarização.
12. Romão afirma que a ideologia está presente em toda e qualquer atividade humana e nas mensagens dela decorrentes. Assim, a atividade científica e seu respectivo discurso também são afetados por ela, fazendo com que existam várias definições ou conceitos de ciência e ideologia. Segundo o autor, adotando-se uma concepção dialética, é correto afirmar que
- I. as definições, os conceitos, os postulados, os axiomas e as leis constituem um discurso cujo estatuto científico é determinado pela objetividade;
 - II. não há verdades absolutas e universais, pois tanto sua construção quanto sua recepção se dão em situações específicas;
 - III. o conjunto de afirmações a respeito de um problema não constitui um quadro pronto acabado, mas relacional às condições histórico-sociais de quem as formula;
 - IV. as verdades científicas são absolutas e, portanto, universais, isto é, não admitem contestações em qualquer tempo e lugar.
- São verdadeiras apenas as afirmações contidas em
- (A) I e II.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
13. A competência não reside nos recursos a serem mobilizados, mas na sua própria mobilização; portanto, para haver competência, é preciso que esteja em jogo um repertório de recursos: conhecimentos, capacidades cognitivas, capacidades relacionais, dentre outros. Pode-se então dizer que as competências profissionais exigem saberes, porém, não se limitam a eles. Nesse sentido, Rios identifica na ação docente quatro dimensões da competência: técnica, política, estética e ética. Acerca da dimensão técnica, é correto afirmar que se trata daquela que diz respeito
- (A) à orientação da ação, fundada no princípio do respeito e da solidariedade, na direção da realização de um bem coletivo.
 - (B) à capacidade de lidar com os conteúdos e à habilidade de construí-los e reconstruí-los com os alunos.
 - (C) à participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres.
 - (D) ao domínio da informática como ferramenta para o desenvolvimento do conteúdo.
 - (E) à presença da sensibilidade e sua orientação numa perspectiva criadora e inovadora.

14. O processo de gestão democrática das instituições de ensino representa um importante instrumento de consolidação de democracia em nível de sociedade, considerando que a escola e a sociedade estão dialeticamente constituídas. Promover a democratização da gestão escolar significa estabelecer novas relações entre a escola e o contexto social no qual está inserida. Segundo Paro,
- (A) garantir a democratização da gestão implica uma organização em que predominem as decisões do diretor, como responsável pela escola.
 - (B) na perspectiva da gestão democrática, o diretor das escolas municipais deve ser indicado pelos vereadores, que são os representantes da comunidade.
 - (C) a gestão democrática implica ter a grande maioria dos pais participando das reuniões e das festas promovidas pela escola.
 - (D) a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade que consiste na partilha do poder, a participação na tomada de decisões.
 - (E) a escola que está sempre aberta para receber pessoas com necessidades especiais pratica uma gestão democrática.
15. Dolabela afirma que a pedagogia empreendedora é um ambiente para a construção conjunta do conhecimento, e não para sua transferência linear; um ambiente de preparação para a vida e não de formação para um emprego, uma ocupação funcional. Para o autor,
- (A) empreender é essencialmente um processo de aprendizagem proativa, em que o indivíduo constrói e reconstrói ciclicamente a sua representação do mundo.
 - (B) ser empreendedor é coisa para poucos, um saber impossível de ser transmitido e que, portanto, tem a natureza de dom.
 - (C) as comunidades são incapazes de mudar a realidade e promover o próprio desenvolvimento, porque este depende exclusivamente de quem detém o poder.
 - (D) para ser possível distribuir a riqueza, é preciso antes concentrá-la nas mãos de poucos capazes de fazê-la crescer.
 - (E) a estabilidade no trabalho não é uma construção do próprio indivíduo, mas advém da natureza do seu vínculo com algo estável: emprego público, grandes empresas.
16. A escola é uma organização e como tal precisa ser administrada, e a ação administrativa deve, portanto, estar referida permanentemente à sua missão, ao seu público-alvo e ao ambiente no qual está inserida. Segundo Neves, uma das dimensões da autonomia da escola é a racionalidade na qual se encontra inserido o eixo administrativo. Assim, a autora se refere à racionalidade interna
- I. como sendo a forma com que a escola organiza seus recursos para alcançar, no tempo justo, os resultados a que se propôs;
 - II. pela maneira como a escola define seus objetivos, articulando cultura da comunidade, necessidades de aprendizagem e os fins da educação;
 - III. considerando a existência de um projeto político-pedagógico que efetivamente norteie as ações da escola;
 - IV. pela existência de uma avaliação interna sistemática, utilizada como recurso administrativo e pedagógico.
- É verdadeiro o contido em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas
 - (E) I, II, III e IV.
17. Competência refere-se à capacidade de combinar conhecimentos, habilidades, qualidade, experiências, capacidades cognitivas, recursos emocionais etc., incorporados à pessoa; refere-se também aos recursos disponíveis no meio no qual ela se encontra.
- Perrenoud afirma que a análise das competências remete constantemente a uma teoria do pensamento e da ação situados bem como a uma teoria do trabalho, da prática como ofício e condição. Nesse sentido, o autor afirma que
- (A) as competências são saberes ou atitudes.
 - (B) a mobilização das competências ocorre de forma espontânea.
 - (C) as competências são inatas.
 - (D) o exercício da competência passa por operações mentais complexas.
 - (E) as competências são transmitidas.
18. Na escola, a leitura é antes de mais nada um objeto de ensino, e para que também se transforme num objeto de aprendizagem é necessário que tenha sentido do ponto de vista do aluno. Segundo Lerner,
- I. a leitura deve cumprir uma função para a realização de um propósito que o aluno conheça e valorize;
 - II. o professor deve expor na escola os diversos usos da leitura na vida social;
 - III. o professor deve trabalhar com os alunos de forma homogênea e de maneira intensa as regras gramaticais;
 - IV. os projetos de leitura e escrita devem ser dirigidos para a realização de propósitos sociais.
- É verdadeiro o contido em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, II e IV, apenas.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) III e IV, apenas.

19. Hoffmann afirma que a avaliação, enquanto relação dialógica, vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e também pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão. Nesse sentido, para a autora:

- I. aprendizagem significa modificação de comportamento que alguém que ensina produz em alguém que aprende;
- II. avaliação significa o controle permanente exercido sobre o aluno no intuito de ele chegar a demonstrar comportamentos definidos como ideais pelo professor;
- III. acompanhamento significa acompanhar todas as ações e tarefas do aluno para dizer que está ou não apto em determinada matéria;
- IV. o diálogo, entendido a partir de uma relação epistemológica, processa-se obrigatoriamente por meio de conversa enquanto comunicação verbal com o estudante.

São verdadeiras as afirmações contidas em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

20. A escola parece viver hoje um momento de redefinição de papéis, inclusive o seu próprio e o de todos que nela interagem, incluindo nisso até os alunos. O ideário da escola prometia sempre um mundo melhor àqueles que seguissem as normas e se mostrassem atentos, estudiosos e obedientes. Hoje, segundo Alves e Garcia, a escola deve ser um espaço/tempo de:

- I. encontro de múltiplas redes relacionais e de conhecimento;
- II. convergência das múltiplas experiências e vivências dos alunos;
- III. apropriação/criação de conhecimento;
- IV. desenvolvimento da competitividade entre os educandos.

São verdadeiros os itens

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

21. A supervisão educacional encontra seus fundamentos nas ciências da educação e nas ciências sociais que explicam a criação e o desenvolvimento dos grupos organizados socialmente para realizar funções ou atividades consideradas desejáveis. Segundo Ferreira, como prática educativa ou como função, a supervisão educacional, independentemente de formação específica,

- (A) responsabiliza-se pela ação de velar sobre o andamento das atividades na escola a fim de assegurar a regularidade de seu funcionamento.
- (B) cuida da supervisão da escola nos serviços administrativos e de funcionamento geral, ocupando-se da importante função nos postos da burocracia educacional.
- (C) compreende uma atividade técnica especializada, intermediária entre o professor e o sistema com o objetivo de acompanhar e controlar a execução de seu trabalho.
- (D) constitui-se num trabalho escolar que tem o compromisso de garantir a qualidade do ensino, da educação, da formação humana.
- (E) encarrega-se de todo o processo de organização e direção da escola, definindo as normas do sistema central a serem seguidas.

22. A competição pode ser uma forma eficiente de aumentar o entusiasmo em uma atividade considerada cansativa, entretanto poderá produzir sérias implicações, principalmente porque, na maioria das vezes, existirá apenas um vencedor, restando várias outras pessoas desapontadas ou frustradas. Segundo Beaudoin e Taylor, a competição pode se tornar o caminho para o bullying na medida em que

- I. os alunos concentram-se em si mesmos e não na comunidade, fazendo com que os fins justifiquem os meios;
- II. compartilhar e cooperar com os outros são opções que se tornam menos atrativas, o que favorece os conflitos;
- III. a crítica e a avaliação de si mesmos e dos outros infiltram-se nas experiências de cada indivíduo, propiciando os conflitos e comentários maldosos;
- IV. assume uma forma lúdica e educativa, privilegiando as diversas competências e promovendo a socialização entre os alunos.

É verdadeiro o contido em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

23. Segundo Alarcão, a capacidade reflexiva é inata ao ser humano; ela necessita de contextos que favoreçam o seu desenvolvimento, contextos de liberdade e responsabilidade.
- Para a autora, os professores são estruturadores e animadores das aprendizagens e não apenas estruturadores do ensino e são reflexivos na medida em que
- propõem atividades nas quais os alunos devem desenvolver reflexões acerca de algum tema.
 - refletem em situação e constroem conhecimento a partir do pensamento sobre a sua prática.
 - têm uma formação superior em sua área de atuação e possuem uma grande experiência.
 - participam de eventos fora da escola como forma de melhorar a sua atuação docente.
 - são capazes de produzir e publicar material didático relacionado à sua área de formação.
24. A legislação educacional brasileira contempla os indivíduos com altas habilidades ou superdotação – aqueles que têm grande facilidade de aprendizagem que os leva a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes – ao enquadrá-los como educandos com necessidades educacionais especiais. Segundo Guenther, no cenário de uma escola inclusiva, os alunos dotados e/ou talentosos deverão
- ser nivelados pela escola, em seu desenvolvimento, ao ritmo normal da idade.
 - ter igual atendimento por parte da escola em relação aos demais.
 - seguir o ritmo dos demais alunos, pois a aceleração na seriação escolar é prejudicial.
 - ser tratados da mesma maneira que na educação regular para minimizar dificuldades e limitações.
 - ser considerados os mais diferentes da média da população que puderem a vir a ser.
25. Diferentemente dos outros direitos sociais, o direito à educação está diretamente vinculado à obrigatoriedade escolar, assim a inclusão do direito à educação entre os direitos sociais se apresenta, ao mesmo tempo, como uma conquista e uma concessão, um direito e uma obrigação. Segundo Perrenoud, envolver os pais na construção dos saberes não se limita a convidá-los a desempenharem seu papel no controle do trabalho escolar e manter nas crianças uma motivação para levar a escola a sério e para aprender, significa
- dar a eles mecanismos para que possam proteger ou defender o direito à educação que lhes é concedido pela Constituição.
 - maior compreensão da pedagogia do professor e maior apoio pelo menos globalmente, em nível das intenções e das concepções do ensino e da aprendizagem.
 - envolvê-los no trabalho escolar, levando-os a participarem das classes abertas, mobilizando-os para oficinas e excursões.
 - conscientizá-los de que o essencial da relação entre as famílias e a escola se dá nos encontros pessoais.
 - constituir associação de pais para que ela seja a responsável pela garantia das relações entre as famílias e a escola.
26. Organizar o trabalho nas unidades escolares sob a sua responsabilidade constitui a tarefa principal do supervisor escolar, mas não exclusiva. Isto é, nem o supervisor é o único responsável pela tarefa, nem a tarefa é a única pela qual o supervisor deve responder. Medina aponta como objeto de trabalho do supervisor
- a fiscalização das ações desenvolvidas pelos diversos agentes educacionais no interior da escola.
 - o controle das pessoas que atuam na escola com o propósito de manter a eficiência do sistema educacional.
 - a responsabilidade pela legalidade dos atos escolares praticados pela escola.
 - o resultado da relação que ocorre entre o professor que ensina-e-aprende e o aluno que aprende-e-ensina.
 - o papel de especialista em educação que atua com as famílias e a comunidade, fazendo a articulação escola-família-comunidade-sociedade.
27. Rios trata da importância dos conteúdos socioculturais no processo avaliativo afirmando que uma análise crítica da prática educativa, do ponto de vista da Filosofia, levará sempre em conta uma perspectiva de abrangência, clareza e profundidade, na busca do sentido dos fenômenos que se analisam. Nesse sentido, afirma que
- a questão dos conteúdos é importante, pois diz respeito ao que ensinar, e, portanto, a uma definição do educador, que terá de levar em conta os fundamentos de sua prática;
 - a prática não se pode desligar da consideração das questões que dizem respeito à metodologia, à avaliação, às condições concretas da escola enquanto instituição social;
 - a prática é instigante e tem de ser retomada continuamente, uma vez que o conteúdo, como a escola e a sociedade, é histórico e, portanto, precisa ser constantemente atualizado;
 - avaliar pressupõe definir princípios – em função de objetivos que se pretendem alcançar –, estabelecer instrumentos para a ação e escolher caminhos para atingir o fim.
- São verdadeiras as afirmações contidas em
- I e II, apenas.
 - I e III, apenas.
 - I, II, III e IV.
 - II, III e IV, apenas.
 - III e IV, apenas.

28. Zabala define as atividades ou tarefas como uma unidade básica do processo de ensino e aprendizagem, cujas diversas variáveis apresentam estabilidade e diferenciação: determinadas relações interativas professor-alunos e alunos-alunos, uma organização grupal, determinados conteúdos de aprendizagem, certos recursos didáticos, etc. Nesse sentido, refere-se às sequências didáticas como

- (A) relação de conteúdos criteriosamente organizada pelo professor para o desenvolvimento de uma disciplina em determinada série ou ano escolar.
- (B) a definição do que se pretende construir com o aluno em relação a sua personalidade, isto é, o conjunto de valores e atitudes.
- (C) conjunto de instrumentos a serem utilizados pelo professor no processo de avaliação da aprendizagem em sua disciplina.
- (D) o plano de ensino do professor, no qual estão expressos os objetivos, o conteúdo, a maneira como os conteúdos serão desenvolvidos e a forma como a avaliação será realizada.
- (E) conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos.

29. Azanha, ao analisar a questão da autonomia escolar frente à adoção de um regimento comum das escolas municipais de São Paulo, afirma que o discurso da autonomia da escola colide frontalmente com a instituição do regimento comum. Não porque a autonomia escolar tenha no regimento próprio a sua única expressão legítima, mas porque o regimento comum exonera a Escola de refletir sobre a sua própria organização. Nessa perspectiva, avalie as seguintes asserções.

A autonomia de cada escola de uma rede não exime a administração do sistema de ensino da responsabilidade de fixar as diretrizes e as metas de uma política educacional.

PORQUE

Quando as escolas não têm sua autonomia e responsabilidades claramente definidas, a tendência da administração é a de regulamentar em excesso e a das escolas é a de ficarem imobilizadas aguardando as ordens.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- (A) As duas são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- (B) As duas são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- (C) A primeira é uma proposição verdadeira, e a segunda, falsa.
- (D) A primeira é uma proposição falsa, e a segunda, verdadeira.
- (E) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

30. Segundo Gadotti, hoje a ética volta ao centro dos debates das ciências da educação, na medida em que a escola tornou-se um local problemático e na medida em que a sobrevivência do ser humano está diretamente relacionada à sobrevivência do planeta. Se não houver um comportamento ético, individual e institucional de buscar o bem comum e a solidariedade, a humanidade acabará aniquilando a si mesma. Nesse sentido, o autor se refere à “pedagogia do desenvolvimento sustentável” ou “ecopedagogia” que corresponde a

- (A) uma técnica de prestação de serviços na área de preservação do meio ambiente.
- (B) um movimento social e político.
- (C) uma disciplina com conteúdo definido a ser implantada no ensino fundamental.
- (D) uma pedagogia escolar dirigida aos educadores.
- (E) uma nova maneira de se tratar a educação ambiental.

31. Morin afirma que a compreensão tornou-se crucial para o ser humano e, por este motivo, deve ser umas das finalidades da educação do futuro. Ela é ao mesmo tempo meio e fim da comunicação humana. Para o autor,

- I. a compreensão intelectual passa pela inteligibilidade e pela explicação;
- II. explicar é considerar o que é preciso conhecer como objeto e aplicar-lhe todos os meios objetivos de conhecimento;
- III. a compreensão humana vai além da explicação e comporta um conhecimento de sujeito a sujeito;
- IV. o que favorece a compreensão é o bem pensar e a introspecção.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

32. Segundo Macedo, realizar um projeto curricular supõe a adoção de um espírito de pesquisa escolar, isto porque em um projeto nem tudo se reduz ao conhecido, ao programado, àquilo que é. Portanto, um projeto compromete-se com aquilo que se quer que algo se torne. Então, operar na escola na perspectiva de projetos supõe

- (A) implantar na escola um conjunto de formulações gerais definidas pela equipe técnica com base em seu projeto pedagógico.
- (B) garantir que cada professor desenvolva integralmente o conteúdo que foi estabelecido pela coordenação no início do período letivo.
- (C) sustentar sempre uma única direção para o projeto, definida previamente pela coordenação pedagógica.
- (D) considerar que a realização de um projeto curricular implica improvisar, dada a sua flexibilidade.
- (E) rever o significado dos conhecimentos prévios, ou seja, daquilo que os alunos aprenderam anteriormente.

33. Uma pedagogia diferenciada é aquela que considera que os alunos têm ritmos e histórias de vida diferentes, compreendem e formulam hipóteses variadas sobre as mesmas coisas, não acompanham as tarefas escolares da mesma forma e com a mesma dedicação. Segundo Macedo, as estratégias utilizadas para o trabalho em uma escola que adota uma pedagogia diferenciada envolvem, entre outras,

- (A) priorizar os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.
- (B) utilizar o livro texto como forma de se garantir a adequada sequência dos conteúdos.
- (C) desenvolver um ensino individualizado para potencializar as habilidades dos alunos.
- (D) utilizar estratégias variadas, trabalhando coletivamente as situações de aprendizagem.
- (E) estabelecer uma estreita relação com as famílias e a comunidade de um modo geral.

34. A questão da autonomia do sujeito, do ponto de vista da teoria de Vygotsky, passa pela relação entre o indivíduo e sua cultura, a configuração de sua trajetória de vida e a natureza das funções psicológicas superiores. Em relação à natureza das funções psicológicas superiores, La Taille afirma que

- (A) a relação do sujeito com seu produto cultural será sempre uma relação contraditória, por sua própria natureza impelida à explosão.
- (B) se refere a processos voluntários, ações conscientemente controladas, mecanismos intencionais, funções que apresentam maior grau de autonomia em relação ao controle hereditário.
- (C) o sujeito pode, por si só, graças ao uso da razão, estabelecer suas certezas, liberando-se do que a tradição procura pura e simplesmente impor às diversas consciências.
- (D) o pensamento racional é, entre outras coisas, fruto da abstração reflexiva, do esforço que o sujeito faz para pensar seu próprio pensar e agir, isto significa dizer que o sujeito é independente do meio social onde vive.
- (E) o sujeito individual é precedido por um organismo estruturado de maneira a lhe abrir possibilidades e a lhe impor limites.

35. A linguagem humana, sistema simbólico fundamental na mediação entre sujeito e objeto de conhecimento, tem, para Vygotsky, duas funções básicas: a de intercâmbio social e a de pensamento generalizante. O desenvolvimento do pensamento conceitual, segundo Vygotsky, é dividido em grandes estágios, que compreendem o

- I. da motricidade;
- II. dos conjuntos sincréticos;
- III. de pensamento por complexos;
- IV. de formação de conceitos.

É correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

36. Segundo Zabala, os processos educativos são suficientemente complexos para que não seja fácil reconhecer todos os fatores que os definem. A estrutura da prática obedece a múltiplos determinantes, tem sua justificação em parâmetros institucionais, organizativos, tradições metodológicas, possibilidades reais dos professores, dos meios e condições físicas existentes, etc. Nessa perspectiva, avalie as seguintes asserções.

A intervenção pedagógica tem um antes e um depois, o planejamento e a avaliação, que constituem processos independentes em toda prática educacional.

PORQUE

O que acontece nas aulas, a própria intervenção pedagógica, nunca pode ser entendida sem uma análise que leve em conta as intenções, as previsões, as expectativas e avaliação dos resultados.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- (A) As duas proposições são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- (B) As duas proposições são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- (C) A primeira é uma proposição verdadeira, e a segunda, falsa.
- (D) A primeira é uma proposição falsa, e a segunda, verdadeira.
- (E) Tanto a primeira quanto a segunda asserções são proposições falsas.

LEGISLAÇÃO

37. Os princípios estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 para a administração pública, direta ou indireta, em qualquer esfera de governo, são

- (A) legalidade, seletividade, moralidade e transparência.
- (B) eficiência, honestidade, moralidade, publicidade e transparência.
- (C) impessoalidade, seletividade, transparência e competitividade.
- (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (E) moralidade, impessoalidade, transparência e seletividade.

38. O dever do Estado com a educação, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, será efetivado, garantindo, dentre várias ações,

- (A) acesso aos níveis mais elevados de ensino, por meio de bolsas de estudo.
- (B) progressiva universalização do Ensino Médio gratuito.
- (C) atendimento aos portadores de deficiência, em escolas especiais.
- (D) Educação Infantil às crianças de até 6 (seis) anos de idade.
- (E) Ensino Fundamental e Médio obrigatórios e gratuitos.

39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, organizarão, em regime de colaboração, os seus respectivos sistemas de ensino. Os Municípios incumbir-se-ão de
- baixar normas independentes para o seu sistema de ensino, regulamentando o seu funcionamento.
 - oferecer o Ensino Fundamental, com prioridade para a Educação de Jovens e Adultos, no período noturno.
 - supervisionar e avaliar as instituições de Ensino Superior instaladas no âmbito do município.
 - dar prioridade ao atendimento em creches, realizando convênios com entidades privadas.
 - oferecer Educação Infantil, em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o Ensino Fundamental.
40. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é um direito público subjetivo. O seu não oferecimento pelo Poder Público ou a sua oferta irregular implica a responsabilidade
- da direção da escola municipal.
 - do supervisor de ensino.
 - da autoridade competente.
 - dos pais da criança ou do adolescente.
 - do Conselho Municipal de Educação.
41. Um princípio orientador de toda ação educativa, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, para cuja efetivação os sistemas de ensino devem criar todas as condições, é o respeito
- aos educandos e a seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e identitários.
 - às expectativas das famílias em relação ao que os seus filhos devam aprender na escola.
 - à equipe escolar e às suas decisões sobre o atendimento às necessidades dos educandos.
 - aos educandos e aos seus desejos e interesses de como a escola deva se organizar.
 - às determinações do sistema de ensino, independentemente das condições da escola.
42. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana têm como meta
- difundir o conhecimento da história da África no Brasil e valorizar as suas manifestações culturais.
 - conscientizar os educandos brasileiros do papel e da importância que os africanos têm para a história do Brasil.
 - promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil.
 - promover e aprofundar o conhecimento da história e da cultura africana na realidade brasileira.
 - valorizar o conhecimento da contribuição da comunidade afro-brasileira para a formação da cultura brasileira.
43. Consideram-se educandos com necessidades especiais, conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, aqueles educandos que, durante o processo educacional, apresentam:
- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares;
 - graves distúrbios de personalidade;
 - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos;
 - grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente os conceitos, procedimentos e atitudes;
 - dificuldades de controle e atenção para a aprendizagem.
- Assinale a alternativa que contenha apenas itens coerentes com as Diretrizes Nacionais.
- I e II.
 - III e IV.
 - I, II e V.
 - I, III e IV.
 - III, IV e V.
44. Os sistemas de ensino, para atender às Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, devem matricular os educandos com necessidades especiais em
- escolas especializadas para um atendimento mais específico, conforme cada caso.
 - classes especiais e com complementação no Atendimento de Educação Especial (AEE).
 - classes comuns, desde que haja professores habilitados para casos específicos.
 - escolas que, ao mesmo tempo, possuam classes comuns e classes especiais.
 - classes comuns do ensino regular e no Atendimento de Educação Especial (AEE).
45. Nas instituições de Educação Infantil, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, devem-se criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, garantindo, dentre outras atividades:
- observação cotidiana do desenvolvimento das crianças, tendo em vista a sua promoção ou retenção.
 - atenção permanente ao desempenho das crianças para as devidas correções de seus erros.
 - realização de atividades de avaliação, em momentos determinados, para possibilitar uma visão do grupo.
 - observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e das interações das crianças no cotidiano.
 - verificação das dificuldades das crianças para alertar os pais sobre os problemas que as vêm afetando.

46. O Ensino Fundamental, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, entendida como direito humano. Essa educação, antes de tudo, deve ser relevante, pertinente e equitativa. A equidade refere-se
- (A) à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e do desenvolvimento pessoal.
 - (B) à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais.
 - (C) à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida.
 - (D) à promoção de aprendizagens valiosas para estudantes de diversos contextos sociais e culturais, de forma igual para todos.
 - (E) à possibilidade de atender a estudantes de iguais contextos sociais e culturais, de forma diferenciada.
47. A organização do Ensino Fundamental, com 9 (nove) anos de duração, implica a necessidade para os sistemas de ensino de um debate aprofundado sobre vários temas de como criar condições para atender aos educandos e dar qualidade a essa modalidade de ensino. Nesse sentido, dentre os temas a serem discutidos, apontados pelo Parecer CNE/CEB n.º 22/2009, destaca-se
- (A) a diminuição da oferta da Educação Infantil para atender ao Ensino Fundamental.
 - (B) o estabelecimento de convênios com entidades privadas para atender à demanda.
 - (C) a viabilidade de contratação de um número maior de novos professores.
 - (D) a elaboração de uma grade curricular uniforme para todas as escolas.
 - (E) a organização dos tempos e espaços escolares.
48. A estrutura e a duração dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade dessa modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federados, devem ser definidas
- (A) pelos sistemas de ensino.
 - (B) pelos Municípios.
 - (C) pela União.
 - (D) pelos Estados.
 - (E) pelas instituições escolares.
49. A duração dos cursos presenciais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os anos iniciais e para os anos finais do Ensino Fundamental, independentemente de sua organização, deve ser, respectivamente,
- (A) a critério do sistema de ensino e 1 200 horas.
 - (B) 1 200 horas e a critério do sistema de ensino.
 - (C) 1 600 horas e 2 200 horas.
 - (D) 800 horas e 1 200 horas.
 - (E) a critério do sistema de ensino e 1 600 horas.
50. Dentre as atribuições do Supervisor de Ensino do Sistema Municipal de Ensino de Sorocaba, de acordo com a Lei n.º 8.119/2007, destacam-se:
- I. garantir a integração do Sistema Municipal de Ensino em seus aspectos administrativos e pedagógicos;
 - II. providenciar a organização dos horários de funcionamento das escolas;
 - III. assessorar os diretores de escola em suas atribuições;
 - IV. assistir tecnicamente as unidades escolares, sob sua responsabilidade;
 - V. assumir atendimento ao público, em geral.
- Assinale a alternativa que contenha apenas atribuições corretas.
- (A) I e II.
 - (B) II e IV.
 - (C) III e V.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, IV e V.
51. A reclassificação, processo que define a série adequada ao prosseguimento de estudos do aluno, de acordo com Deliberação do Conselho Municipal de Sorocaba (CME n.º 2/1999), deverá ter como uma das referências
- (A) o resultado do desempenho do aluno nas provas finais do ano anterior.
 - (B) a avaliação de competências nas matérias da base nacional comum do currículo.
 - (C) a avaliação da maturidade do aluno, levando em consideração a sua idade.
 - (D) os resultados do desempenho do aluno, nos estudos de recuperação.
 - (E) a avaliação dos resultados do aluno em todas as matérias do currículo.
52. A avaliação realizada pelas escolas do Sistema Municipal de Sorocaba, de acordo com a Deliberação CME n.º 01/2001, deverá levar em conta o desempenho global do aluno em todos os componentes curriculares cursados, durante o ano ou período letivo. O caráter dessa avaliação deve ser
- (A) diagnóstico e classificatório.
 - (B) classificatório e formativo.
 - (C) apenas classificatório.
 - (D) diagnóstico e formativo.
 - (E) apenas diagnóstico.
53. No caso de afastamento de alunos das atividades escolares por problemas de saúde, de acordo com a Deliberação CME n.º 01/2007, cabe às escolas do Sistema Municipal de Sorocaba estabelecer um Plano Especial para atendimento a esse aluno. Nesse plano, dentre outras providências, devem constar
- (A) avaliações especiais orais e escritas.
 - (B) reposições de aulas, durante as férias escolares.
 - (C) orientações, em casa, por professor indicado pela escola.
 - (D) trabalhos diários, sob controle dos familiares.
 - (E) provas especiais, no retorno do aluno à escola.

54. Na elaboração e execução da proposta pedagógica das instituições privadas de Educação Infantil que solicitarem autorização de funcionamento, de acordo com a Deliberação CME n.º 01/2008, deverá ser assegurado(a)
- (A) a definição da concepção de dias letivos e do que se entende por currículo.
 - (B) a descrição das atividades cotidianas a serem desenvolvidas na escola.
 - (C) o respeito aos princípios de pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
 - (D) a previsão orçamentária que dê condições para manutenção da instituição.
 - (E) o conceito de disciplina que orientará o trabalho pedagógico da instituição.
55. Visando à garantia do direito à educação para todos, por meio de uma educação inclusiva que atenda aos portadores de necessidades educacionais especiais na Rede Municipal de Ensino de Sorocaba, o Projeto Pedagógico das escolas deverá garantir, conforme a Indicação CME n.º 02/2008,
- (A) recursos didáticos a serem utilizados em classes especiais, em entidades conveniadas.
 - (B) flexibilidade curricular, recursos didáticos, metodologia e técnicas diferenciadas.
 - (C) uso de novos recursos metodológicos, em classes especiais.
 - (D) desenvolvimento de atividades de Língua Portuguesa para reforço de aprendizagem.
 - (E) parcerias com instituições privadas para atendimento aos alunos com dificuldades.
56. Pelo Parecer CME n.º 03/2010, o Conselho Municipal de Sorocaba reconhece que o trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação de Sorocaba contempla a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, por meio do Centro de Referência em Educação (CRE) e pela implantação do Atendimento Educacional Especial (AEE). Nas salas do AEE, o atendimento aos alunos se faz por meio
- (A) do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, buscando novo fazer pedagógico.
 - (B) do reforço das atividades desenvolvidas na escola, para fixação das aprendizagens.
 - (C) do acompanhamento do desempenho do aluno, visando a seu avanço e promoção.
 - (D) da realização das tarefas de casa, objetivando o avanço das aprendizagens dos alunos.
 - (E) do estudo de novos conteúdos, ampliando os trabalhados em sala de aula.
57. As instituições privadas de Educação Infantil, ao solicitarem autorização e funcionamento, conforme a Deliberação CME n.º 01/2008, devem garantir a gestão dessa instituição por profissional com, no mínimo, formação em
- (A) curso técnico de Ensino Médio.
 - (B) curso superior de Magistério.
 - (C) curso superior de graduação plena em Pedagogia.
 - (D) licenciatura para o Ensino Médio.
 - (E) curso superior de graduação em qualquer área.
58. Os cursos de Educação de Jovens e Adultos correspondentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental, de acordo com a Deliberação CME n.º 02/2009, serão organizados livremente
- (A) pela Secretaria da Educação.
 - (B) pelo corpo docente da escola.
 - (C) por meio de projetos pedagógicos específicos.
 - (D) pelo Conselho Municipal de Educação.
 - (E) pela equipe diretiva da escola.
59. O Programa Escola Integral – Oficina do Saber –, cuja intenção é oferecer educação de melhor qualidade aos alunos da Rede Municipal de Sorocaba, conforme o Parecer CME n.º 04/2010, busca atender aos seguintes objetivos:
- (A) aprofundar os conhecimentos, ocupar o tempo das crianças e acelerar a aprendizagem.
 - (B) melhorar o aprendizado escolar, aumentar a autoestima e resgatar valores socioculturais.
 - (C) proporcionar maior tempo à aprendizagem, evitar a retenção e aumentar a autoestima.
 - (D) resgatar valores socioculturais, ampliar os conhecimentos e aumentar os índices de promoção.
 - (E) acelerar a aprendizagem, aumentar a autoestima e aprofundar os conhecimentos.
60. Em qualquer unidade, sob jurisdição do Sistema Municipal de Ensino de Sorocaba, independentemente da modalidade de arquivamento de documentos adotada, o livre acesso aos arquivos de natureza escolar, conforme Deliberação CME n.º 01/2009, será assegurado, quando for solicitado por
- (A) pais de alunos e/ou responsáveis.
 - (B) conselheiro do Conselho Tutelar.
 - (C) alunos da respectiva unidade.
 - (D) autoridade competente.
 - (E) professores da unidade.

